



Revista de Administração - RAUSP

ISSN: 0080-2107

rausp@edu.usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Silva Xavier, Wesley; de Barros, Amon Narciso; Costa Cruz, Rafaela; de Pádua Carrieri, Alexandre
O imaginário dos mascates e caixeiros- -viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar
e do entrelugar

Revista de Administração - RAUSP, vol. 47, núm. 1, enero-marzo, 2012, pp. 38-50

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223426404003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entrelugar

Wescley Silva Xavier
Amon Narciso de Barros
Rafaela Costa Cruz
Alexandre de Pádua Carrieri

Recebido em 17/fevereiro/2011
Aprovado em 21/novembro/2011

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*
Editor Científico: Nicolau Reinhard

DOI: 10.5700/rausp1024

RESUMO

No trabalho aqui relatado, tem-se por objetivo compreender a reconfiguração do espaço, particularmente do lugar, do não lugar e do entrelugar dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais, Brasil. Essa proposta se faz relevante por permitir a análise de novas nuances no binômio trabalho-vida privada, porém em um movimento inverso. O que se denomina aqui de inversão, caracteriza-se pela externalidade do capital na vida do trabalhador. Isso reconfigura o espaço via apreensões simbólicas também fora das organizações, em substituição à autoconstituição do espaço pelos mascates e caixeiros-viajantes por meio do trabalho. Para isso, recorreu-se a elementos da história oral e das formações imaginárias entrelaçadas no universo simbólico. Os resultados indicam a existência de movimentos pendulares, em que a ressignificação do trabalho ocorre pela adoção de novas tecnologias, remodelando a relação espaço-temporal, sendo sensível inclusive à redução do lugar privado devido à onipresença controladora da empresa. Ademais, verificou-se que a família delimita o lugar e o não lugar nas relações afetivas, sendo também a razão pela qual mascates e caixeiros-viajantes optam por fixarem-se em um lugar.

Palavras-chave: mascates, caixeiros-viajantes, lugar, não lugar, entrelugar, imaginário.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho e a natureza humana são elementos indissociáveis, aquele ontologia dela, de forma que o homem possa imprimir sua capacidade criativa e

Wescley Silva Xavier, Graduado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, é Doutorando na Universidade Federal de Minas Gerais (CEP 31270-901 – Belo Horizonte/MG, Brasil) e Membro do NEOS – Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: wescleysxavier@yahoo.com.br

Endereço:

Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Antônio Carlos, 6627, Sala 4093
31270-901 – Belo Horizonte – MG

Amon Narciso de Barros, Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros, com especialização no Unicentro Newton Paiva, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, é Doutorando na Universidade Federal de Minas Gerais (CEP 31270-901 – Belo Horizonte/MG, Brasil).

E-mail: amonbarros@gmail.com

Rafaela Costa Cruz, Graduada em Administração pela Universidade de Brasília, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, é Professora na Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (CEP 38400-902 – Uberlândia/MG, Brasil).

E-mail: rafaela@fagen.ufu.br

Alexandre de Pádua Carrieri, Graduado em Zootecnia pela Universidade de São Paulo, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras, Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, é Professor Adjunto no Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP 31270-901 – Belo Horizonte/MG, Brasil) e Pesquisador 1D CNPq.

E-mail: alexandre@cepead.face.ufmg.br

produtiva. Todavia, essa relação tem se distanciado, não apenas metaforicamente, mas no âmago das relações mediadas pelo capital. Na materialização desse distanciamento reside a alienação do homem em relação ao trabalho e, consequentemente, à própria ontologia.

Embora os arquétipos contemporâneos conduzam a esse tipo de análise, **olhar o passado** permite compreender formas distintas dessa dominação, particularmente quando sobre o trabalhador em questão recai um nível elevado de autonomia, como é possível constatar nas atividades dos mascates e caixeiros-viajantes do século XX. Se em meados do século XX o trabalhador fabril no estado de São Paulo estava sujeito aos primeiros rudimentos das modernas técnicas de gestão, os praticantes de comércio volante, mascates e representantes comerciais ainda dispunham de relativo controle sobre suas atividades.

Nesse sentido, os sujeitos aproximavam-se de uma apropriação de sua ontologia com relativa liberdade para constituir seu campo de trabalho, não se sentindo **fora de si**. Essa liberdade se fez presente não apenas em questões do trabalho, mas também em outras dimensões. Se as formas contemporâneas de produção do capital transcendem a empresa para fora de seus muros, modificando o espaço, mascates e caixeiros-viajantes mineiros exteriorizavam-se, em sentido oposto ao do capital.

Remetendo-se mais uma vez ao passado, parece cabível uma aproximação, respeitando o recorte temporal existente, entre o lugar e o trabalho. Os sujeitos que aqui se configuram como elementos centrais, no caso os mascates e caixeiros-viajantes, apresentaram no século passado um movimento inverso na díade trabalho-espço. O que se denomina aqui por inversão caracteriza-se pela externalidade do capital na vida do trabalhador, reconfigurando o espaço via apreensões simbólicas também fora das organizações, em substituição à autoconstituição do espaço pelos mascates e caixeiros por meio do trabalho.

Essa substituição em termos de espaço possui diversos pontos de intersecção na vida dos trabalhadores, tanto os contemporâneos quanto os mascates e caixeiros. Nesse bojo, as interações sombreiam diversas relações sociais. A atual externalidade das organizações sobre o trabalhador mostra-se cada vez mais controladora de sua vida social, desde o lugar a ser habitado – construção de vilas operárias – à dominação com nuances mais simbólicas, como é o sentimento de pertencimento e gratidão do sujeito e de sua família para com as organizações. Por outro lado, a autonomia presente nas atividades dos mascates e caixeiros verifica-se não apenas na autodeterminação da própria ontologia – o trabalho –, mas também na reconfiguração do aspecto simbólico do espaço – particularmente o lugar, o não lugar e o entrelugar – e das relações sociais dadas as constantes viagens.

São essas reconfigurações a respeito do espaço simbólico, manifestadas no lugar, no não lugar e no entrelugar, que se acredita possível acessar a partir do imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes, fundamentalmente pelo fato de a memória

desses sujeitos constituir-se como fonte unívoca das representações acerca das relações sociais e espaciais. Dessa forma, essa possível conexão constitui-se aqui como objetivo de pesquisa, de maneira que se pretenda compreender a constituição do imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes acerca do lugar, do não lugar e do entrelugar.

Além desta introdução, a sequência deste trabalho se apresenta em mais seis seções, três delas destinadas ao arcabouço teórico. A seção 2 versa a respeito da formação dos lugares, não lugares e entrelugares. Em seguida, recorre-se ao aporte teórico sobre o imaginário, com pontos de intersecção a respeito da constituição espacial. Na seção 4, que tem também um caráter metodológico, são trazidos elementos acerca de história, memória e cotidiano. Na sequência, são apresentados os aspectos metodológicos, as análises e as considerações finais.

2. O ESPAÇO SIMBÓLICO: LUGAR, NÃO LUGAR E ENTRELUGAR

Lançar olhares sobre a cultura como formação social permite compreender a dinâmica da sociedade, por meio de suas significações condicionais da prática social (PEREIRA e CARRIERI, 2005), por contemplar em seu *locus* tradições, símbolos, signos e outros, que caracterizam uma sociedade. Em uma perspectiva antropológica, as representações simbólicas influenciam as relações sociais e os comportamentos individuais e de grupos, via componentes verbais e não verbais.

Inerente, portanto, a toda constituição da sociedade, a cultura tem se construído não necessariamente a partir da formação na sociedade, mas para a sociedade, engenhosamente pensada para fins de dominação. Os símbolos, valores e signos fabricados contemplam a afirmação acerca de um universo superior, deslocado por sua magnitude e grandeza do mundo cotidiano (MARCUSE, 2004).

Esses elementos simbólicos são intrínsecos à constituição do espaço. Para Santos (1979), repousar essa constituição mais na forma do que na formação representa isentar as dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, deslocando assim o foco unidirecional para a cristalização das coisas. Ainda, representa abrir mão da constituição histórica do espaço e seus significados para sua sociedade ou, no caso de ver a cidade sob a lente dos projetos culturais do ideal industrial, renegar a cidade do cidadão.

Com base em Santos (2008), é possível afirmar que a discussão sobre território ganha contornos mais abstratos se elevada à categoria de espaço. Para o autor, o espaço é uma realidade relacional em que coisas e imbricações coexistem. O espaço pode ser conceitualizado de três modos. O primeiro retrata o sentido absoluto, como algo em si, com existência específica, única. Há, também, o espaço relativo, que ressalta as interações entre objetos. Todavia, essas interações ocorrem apenas pelo fato de os objetos existirem e comporem esse espaço. Por fim, há o espaço relacional, no qual o espaço é tido

como um conteúdo que abriga congruências existentes entre objetos (SANTOS, 1979).

Santos (2008) resgata, fundamentalmente, a concepção de espaço habitado que, para o autor, pode ser trabalhado sob duas perspectivas. A primeira, biológica, diz respeito à adaptabilidade do ser humano, como a capacidade deste de conviver com as mais diversas condições climáticas. O segundo foco vê o ser humano como algo não isolado, mas como um ser social, e permite compreender o comportamento demográfico de um país. É nesse sentido mais amplo que o espaço se constitui de toda realidade concreta da história, mantendo incólumes as relações entre o natural e o artificial, o natural e o político (SANTOS, 1996).

Parte das considerações sobre espaço traz consigo a discussão sobre lugar. De acordo com Castrogiovanni (2007), o lugar é uma parcela do espaço apropriada de vida, possuindo identidade, sendo produto humano produzido e reproduzido na relação entre espaço e sociedade, entre o indivíduo e o coletivo. Essas relações configuram-se não apenas entre os sujeitos, mas também na forma de eles se relacionarem com a natureza, de maneira que esse processo interativo forme uma rede de significados e sentidos.

O lugar é uma parte que forma um todo. Apesar de constituir-se **apenas** como parte, sua densidade e interatividade social são representativas no todo, podendo ser, inclusive, mais importantes que ele (SANTOS, 2008). É nesse sentido que o caráter simbólico e identitário ganha corpo quando a análise recai sobre o lugar, uma vez que ele pode superar o todo, quicá, ser o próprio todo figurativo.

É justamente a condição de apreender o lugar que pode distinguir o **sujeito do cotidiano espacial**, do **sujeito visitante no espaço** em questão. É essa percepção que delinea o lugar. Segundo Augè (1994), entre o lugar e o visitante produz-se uma ruptura que impede a este de apreender o lugar. Analisando a situação do turista, Augè (1994) destaca que a carga denominativa do lugar, aquilo que se fala de lá, impõe-se em alguma medida ao turista (possivelmente ao visitante também), de forma que as significações atribuídas pelo sujeito não interfiram em seu significado constituinte. Assim, os significados já dados, por si sós, seriam suficientes para produzir no lugar o não lugar ou o entrelugar, uma vez que transformam os lugares em passagens simbólicas.

No que diz respeito ao não lugar, Castrogiovanni (2007) assevera ser o oposto ao lugar. Este não se acaba completamente e aquele não se realiza totalmente.

- “El No-Lugar se diferencia del Lugar no sólo por su forma en su proceso de constitución. Ambos son fruto de construcciones sociales, mientras que el No-Lugar está hecho a medida de la época” (CASTROGIOVANNI, 2007, p.18).

Para Augè (1994), o espaço é um lugar onde se cruzam forças motrizes, de forma que os sujeitos circunscrevam tudo aquilo que transforma o espaço em sua constituição urbana

proposta no lugar. Dessa forma, ressalta Castrogiovanni (2007), o não lugar é a ausência do lugar em si mesmo, uma vez que os sujeitos (visitantes) não detêm a prerrogativa de circunscrever e constituir os elementos do lugar. Para Castrogiovanni (2007), essa mesma formalização do lugar cria o entrelugar. Enquanto o não lugar tem sua lógica em algo que não pertence aos sujeitos, o entrelugar parece ser o lugar visitado pelo sujeito em certo tempo, de forma que haja uma apropriação parcial.

A adoção do entrelugar como categoria é, segundo Castrogiovanni (2007), uma readequação da ideia de **inter**, ponto comum entre a interpretação e a negociação, traçada por Bhabha (1998) ao analisar a forte influência colonizadora sobre a cultura dos povos colonizados, sendo esse inter uma espécie de terceiro espaço, como entreposto entre as polaridades do lugar e do não lugar. Apesar de funcionar como mecanismo de aproximação com o significante do lugar, **esse terceiro espaço parece ser temporal** e sua representação ocorre a partir da capacidade de os sujeitos estabelecerem relações entre seu lugar e o lugar do outro. Dessa forma, o entrelugar configura-se como um espaço entre lugares, ponto comum no qual

- “se reúnem conjuntos de relações significativas para uma sociedade em certo momento histórico” (CASTROGIOVANNI, 2007, p.19).

3. FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO

O imaginário está presente na organização de nosso cotidiano, seja em elementos linguísticos, seja em aspectos simbólicos, que estão em toda vida social. Apesar de não abarcar todas as experiências sociais, os aspectos simbólicos e significantes estão presentes nas ações cotidianas (LAPLANTINE e TRINDADE, 2003). Para Rodrigues (2000), o imaginário permite compreender a si mesmo e ao mundo no qual se vive antes mesmo de ser apreendido e formulado. Indo além do produto da imaginação, o termo imaginário diz respeito também a uma dimensão cognitiva, como ideias, pensamentos, concepções etc. (LAPIERRE, 1989, p.7).

De acordo com Durand (1997), o imaginário é o conjunto de imagens que concentra e fomenta todas as criações do pensamento humano. Durand (1993, p.7) ressalta que a consciência humana representa o mundo de duas maneiras, uma direta e outra indireta. Na indireta, o objeto não se apresenta em aspectos físicos à sensibilidade; naquela, o próprio objeto

- “parece estar presente no espírito, como na percepção ou na simples sensação”.
- Por esses aspectos, os objetos ausentes na consciência indireta são representados por uma imagem. Para Durand (1993, p.10), esse elemento imagético, seja representado, seja em sua presença singela, proporciona a representação simbólica,
- “quando o significado não é de modo algum apresentável e o signo só pode referir-se a um sentido e não a uma coisa sensível”.

Laplangtine e Trindade (2003) asseveram que a concepção dos símbolos em Durand se faz a partir de forte influência jungiana. Nesse sentido, a imagem para Durand está contida no inconsciente do qual se origina o sentido, de forma que o símbolo seja constituído a partir de pares opostos (consciente e inconsciente, sentido e imagem). Quanto ao imaginário, utiliza o simbólico para manifestar-se, todavia, esse mesmo simbólico pressupõe a capacidade imaginária (LAPLANGTINE e TRINDADE, 2003). Segundo Lapierre (1989), o imaginário constitui-se de imagens significativas passadas que se guardam de lembranças ou informações existentes na memória.

Para Castoriadis (1982, p.142-143), tudo que se apresenta no social é indissociável do simbólico, mesmo que não se esgote neles. Todavia, esse autor destaca as armadilhas do uso do aspecto simbólico em função de certa pretensão interpretativista do funcionalismo.

- “Ou o simbolismo é visto como simples revestimento neutro, como instrumento perfeitamente adequado à expressão de um conteúdo preexistente, da ‘verdadeira substância’ de relações sociais, que nem acrescenta nem diminui nada. Ou então a existência de uma lógica própria do simbolismo é reconhecida, mas esta lógica é vista exclusivamente como a inserção do simbólico em uma ordem racional, que impõe suas consequências, quer as desejemos ou não. Finalmente, dentro dessa visão, a forma está sempre a serviço do fundo, e o fundo é real-racional” (CASTORIADIS, 1982, p.142-143).

Castoriadis (1982) ainda ressalta que a ideia de simbolismo neutro ou adequado ao funcionamento dos processos reais é inaceitável, pois os signos desse simbolismo não podem ser tomados em qualquer lugar. Nesse caso, os significados a partir de um elemento simbólico estão ancorados em sentidos, de alguma forma já existentes, mesmo que ressignificados para um sujeito específico.

- “A sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá); participa, enfim, do racional” (CASTORIADIS, 1982, p.152).

Todavia, para Castoriadis (1982), a determinação não está presa ao simbólico, mesmo assumindo a interpenetração dele na via social. Semelhante ao simbolismo, o imaginário é precedido – mas não determinado – por uma rede de significados socialmente construídos, uma vez que se constitui e se exprime pelo simbólico.

A aproximação do espaço e do imaginário parece perfeitamente cabível e demanda uma divisão temporal necessária, no caso, o tempo vivido e o tempo revivido. O primeiro caracteriza-se pela construção do imaginário concomitantemente à própria formação do espaço. O segundo diz respeito à elaboração do imaginário pela

- “presentificação do real, das reminiscências e também com base na transmissão oral das experiências vividas da geome-

tria dos espaços sociais que passaram a ser testemunhos de uma história social” (MELLO, 2002, p.120).

Particularmente no que diz respeito ao tempo revivido, Mello (2002) ressalta a reinvenção do espaço, uma vez que este não existe em sua totalidade material, mas sim no imaginário. Nesse caso, ressalta o autor, as manifestações da memória permitem compreender que suas origens remontam a um “instinto de sobrevivência que busca reagir às adversidades ambientais”, como a inexistência de espaços, ou funcionais, como a inoperância das atividades. Há um estímulo à memória e à imaginação para construir, reparar e completar lacunas, que permitam a manutenção de um imaginário em que os sujeitos possam situar-se ou recontextualizar-se. Rodrigues (2000) ressalta que a supremacia do indivíduo, no que diz respeito a seu imaginário, fará com que mitos e criações diversas possam ocorrer, e eles estarão sempre distantes das ideias de ilusão ou engano que o senso comum possa atribuir-lhes.

De acordo com Mello (2002), o elo entre os indivíduos e um lugar origina-se em sentimentos de vivência, influenciados pela cultura e pelas experiências pessoais, e mediados por percepções, atitudes e valores que se têm acerca do espaço físico. Ademais, essa rede de significados do lugar é formada em função de sua identidade, de sua diferenciação física, de sua personalidade e individualidade (TUAN, 1980).

Cânter (1980, *apud* MELLO, 2002) ressalta que o sentido atribuído ao lugar é gerado pela sobreposição de três instâncias: a **atividade de uso**, que remete ao caráter funcional do lugar; os **atributos físicos**, que caracterizam aspectos naturais que o diferenciam, podendo também serem elementos adquiridos, como é o caso da arquitetura; e as **concepções de imagens** e significados socialmente construídos que o lugar traz. A partir da interação desses três elementos e da suscetibilidade individual que se alinha com o que é significativo, os sujeitos tendem a perceber lugares familiares que estejam carregados de memórias significativas (MELLO, 2002).

4. HISTÓRIA, COTIDIANO E MEMÓRIA

A escolha do referencial teórico e metodológico sucede algumas reflexões de ordem ontológica. Recorrer à história requer abrir a lente para as narrativas e/ou perspectivas dos sujeitos envolvidos em sua construção. Nesse caso, as narrativas de mascates e caixeiros-viajantes são fonte do resgate das atividades comerciais e das construções imaginárias sobre o lugar, o não lugar e o entrelugar.

Em virtude dessa reflexão de ordem ontológica, a história que se utiliza como referencial teórico-metodológico não tem como pano de fundo narrativas fantásticas ou legitimadas por eventuais papéis do narrador ou fonte, mas, sim, a história contada a partir do cotidiano daqueles que não têm papéis de destaque nas narrativas. Essa escolha alinha-se com a perspectiva da história nova, na qual a existência de uma única história

dá lugar à existência de várias histórias (CARDOSO, 1997), de forma que a macro-história seja substituída pela história da vida cotidiana ou, como ressalta Burke (1997), a “história vista de baixo”, numa realidade social ou culturalmente constituída.

Le Goff (2003) ressalta que o termo história nova já era empregado em 1930 por Henri Berr, caracterizado pela aproximação das ciências humanas, como é o caso de Geografia Humana, Sociologia, Antropologia e Economia. Essa aproximação permitiu o emprego dos métodos utilizados nas ciências sociais em estudos historiográficos, além de mudanças na perspectiva fragmentada da história. Dentre essas mudanças, a ideia de história econômica e história social desfaz-se, havendo, para Bloch (1953), a história pura e simples, social por definição (LE GOFF, 2003). Todas as mudanças constituem parte de um movimento denominado escola dos *Annales*, que em sua terceira geração consolida a história nova, de forma que toda atividade humana seja considerada história e o conhecimento do homem cotidiano possa ser alcançado (LE GOFF, 2003).

Para Del Priori (1997, p.259-260), uma análise imediata do termo cotidiano remete

- “à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo”;

excluindo-se, portanto, do campo econômico, do político e do cultural. Para a autora, essas distinções criam áreas dicotômicas, na medida em que uma – na qual estão os campos econômico, político e cultural – se caracteriza por apresentar atividades produtivas, e a outra, por apresentar atividades de reprodução,

- “um espaço de práticas que regeneram formas, sem, contudo, modificá-las nem individualizá-las”.

De um lado, há o campo em que o futuro de uma formação social é articulado, onde se concentra tudo que faz a história; de outro, um lugar de conservação, tanto ritual quanto cultural, “um lugar privado da história”. Para Del Priori (1997), os dois campos são compostos, de um lado, por aqueles atores potenciais da história; de outro, por aquelas que se encontram à margem do controle sobre as mudanças sociais e do movimento da própria história, configurando a oposição entre os **deten-tores** e os **excluídos** da história. Rompendo com o exposto, o estudo do cotidiano é incorporado pela história nova ou, como assevera Le Goff (2003), passa a situar-se no cruzamento dos novos interesses da história.

Del Priori (1997) ressalta que essa inclusão foi incentivada por Lucien Febvre, um dos líderes da primeira geração da escola dos *Annales*. A partir dessa inclusão, deflagra-se certa democratização da história, de forma que se configure como uma aplicação prática de dar voz aos supracitados **excluídos**. Essa perspectiva reforça o sujeito como agente da história, mesmo quando da tentativa de reificar-se seu papel, tornando-o passivo. Nesse caso, a assunção da história como social corrobora a

perspectiva da sociedade como produção humana e o homem como produção social (BERGER e LUCKMANN, 1973).

A incorporação do cotidiano representa, antes de tudo, uma inflexão ontológica e epistemológica. Nessa inflexão, vale recorrer a Certeau (2008, p.152), para quem o fato é, em primeiro lugar, um indicativo.

- “As maneiras de fazer não designam somente atividades que uma teoria tomaria como objetos. Essas maneiras organizam também a sua construção”;

nesse caso, permitindo também desvelar o que há de subjacente (socialmente construído) aos fatos. Para Certeau (2008), esse desvelar ocorre, fundamentalmente, a partir dos relatos. Ademais, o relato contém também desvios por um passado (**no outro dia, em outro instante**) ou por uma citação (provérbios, um dito), modificando o que seria uma situação de equilíbrio. Em parte, essa quebra de equilíbrio é causada pelo fato de o discurso ser uma narração, em vez de uma descrição. Mais que o papel funcional do discurso, regozija-se com a forma com que ele se mostra.

Essas narrativas são particularmente apreendidas da memória. Assim como na história, está presente na memória o caráter ideológico e legitimador, de forma que uma narrativa coletiva possa reforçar um mito ou uma ideologia subjacente, servindo ao poder que a transmite (BOSI, 2004). Todavia, grupos identitários específicos podem apresentar apreensões distintas daqueles que têm um duplo poder de legitimação – não apenas pela comunhão com suas identidades, mas por possuírem canais que as tornem atrativas a outros. Essa possibilidade ocorre pelas imagens, sentimentos, ideia e valores que dão identidade **àquela classe**.

No caso da legitimação de determinado valor cultural, tem-se a fetichização no uso da memória, transformando-a em mercadoria. Por outro lado, o uso da memória como forma para o resgate de momentos, práticas, histórias e saberes representa a construção identitária de um grupo, fundamentalmente, quando utilizada como elemento reconstituente de algo que já não faz mais parte do presente (MENEZES, 1992).

5. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

No presente trabalho, visa-se compreender a constituição do imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes acerca do lugar, do não lugar, e do entrelugar. Com base no objetivo explicitado, realizou-se aqui um estudo de natureza qualitativa, no qual se recorreu ao aporte teórico-metodológico da história oral como fonte de resgate das atividades dos entrevistados, sem que se pretendesse assumir o papel de historiador. A partir de roteiros semiestruturados, realizaram-se entrevistas com 32 caixeiros-viajantes e mascates, das quais sete compõem o recorte do material analisado neste trabalho, devido à saturação das ocorrências de eventos para as categorias predeterminadas.

Subjaz ao trabalho uma tentativa de percurso alternativo à grande parte dos estudos em gestão. Primeiramente, pela escolha do sujeito de pesquisa, em que as atividades dos *managers* são preteridas em função das dos mascates e caixeiros-viajantes. Em seguida, pela concepção de lugar aqui lançada, em que se migrou do perímetro organizacional e alguns produtos de suas externalidades – que se apropriam cada vez mais do lugar do trabalhador fora dos muros da empresa – para a amplitude do lugar do trabalhador, em termos ontológicos.

Essa opção é naturalmente permeada por escolhas ontológicas e epistemológicas, de forma que se dispense o caráter funcional preponderante nos estudos em Administração, bem como os recortes contemporâneos que estão em função do estado da arte desses estudos. Ao contrário, traz-se à luz o caráter histórico, não apenas pela natureza dos sujeitos da pesquisa, mas também pela possibilidade de o método histórico permitir compreender as construções sociais dos sujeitos estudados.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo (AC). Com essa técnica, visa-se denotar de maneira plausível elementos ocultos da linguagem humana, além de organizar e possibilitar a descoberta de significados originais de seus elementos manifestos (BARDIN, 1977; TRI-VIÑOS, 1987). Com a utilização da AC, pretende-se identificar variáveis, restrições, motivações, atitudes, crenças e tendências explícitas, implícitas e silenciadas que circundam aspectos da constituição do lugar, do não lugar e do entrelugar no imaginário dos caixeiros-viajantes e mascates.

A técnica de AC a ser empregada neste estudo é a referenciada por Bardin (1977), composta de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento, e interpretação dos resultados. A pré-análise consiste em refletir sobre um determinado conteúdo a fim de clarear o que há de operacional, sistematizar as ideias iniciais e direcionar as atividades posteriores.

Essa fase inclui cinco atividades. A primeira delas é a leitura flutuante, que visa clarear ideias acerca do conteúdo. A segunda atividade, desconsiderada no início das análises deste trabalho, é a elaboração de hipóteses. A terceira é a escolha dos documentos a serem submetidos à análise – neste trabalho, as entrevistas com caixeiros-viajantes e mascates – considerando também o *corpus* gerador desse material, ambos dependentes do objetivo do estudo. Bardin (1977) elenca para essa atividade algumas regras utilizadas no estudo, como a exaustão de elementos referentes à constituição dos lugares, a representatividade do *corpus*, a pertinência do conteúdo e, por fim, a homogeneidade dos temas e técnicas utilizadas. Outra atividade é a referencição dos índices, na qual há um recorte do conteúdo das entrevistas para se estabelecerem unidades comparáveis de categorização para a análise temática e codificação para o registro de dados. Em seguida, tem-se a preparação do material, no caso as entrevistas, para que as análises ocorram corretamente.

A segunda fase referenciada por Bardin (1977) é a exploração do material. Nessa fase dá-se fim à preparação do material,

considerando as operações de codificação e numeração com base nas regras previamente formuladas. A terceira e última fase é o tratamento dos resultados obtidos, os quais podem ser agrupados em quadros, diagramas, figuras dentre outras formas de apresentação, que viabilizem interpretações conforme os objetivos previstos ou referentes a novos achados na pesquisa.

Além das três fases apresentadas, Bardin (1977) apresenta operações pertinentes ao método da análise de conteúdo. A primeira operação é a codificação, que diz respeito

- “a uma transformação do material em uma representação do conteúdo, de forma a oferecer ao analista informações sobre as características gerais do material, a fim de subsidiar o estabelecimento dos índices e do agregado de unidades” (RODRIGUES e LEOPARDI, 1999, p.31).

Outra operação é o estabelecimento de unidades de registro e de contexto a partir de elementos das entrevistas analisadas. Unidade de registro é a unidade de significação; podem se distinguir umas das outras com base em níveis semânticos que dão origem ao tema utilizado na análise temática. Esta, por sua vez, evidencia os núcleos de sentido de um conteúdo, trazendo significado para um determinado objetivo analítico. Quanto à unidade de contexto, codifica a unidade de registro, a fim de torná-la compreensível a partir da presença de determinado tema. Vale ressaltar que maior é a presença de valores e atitudes à medida que a unidade de contexto se expande.

No que diz respeito à categorização, que tem por objetivo gerar uma representação simplificada dos dados a partir da condensação, neste trabalho foi utilizada a categorização semântica, com categorias nas quais os agrupamentos são realizados conforme o significado atribuídos aos lugares nos eixos do **trabalho** e da **família e afetividades**, categorias encontradas nas entrevistas. As duas categorias – trabalho, e família e afetividades – emergiram das entrevistas, sendo centrais na significação dada por caixeiros-viajantes e mascates aos lugares, não lugares e entrelugares. As categorias são acompanhadas de suas unidades de registro, que trazem significações a respeito dos lugares. Uma síntese das unidades de registro aqui utilizadas pode ser observada no quadro da página 44.

Para a apreensão das categorias e unidades de registro, utilizou-se neste trabalho a análise de conteúdo pela enunciação, a partir de elementos implícitos, explícitos e silenciados nas falas dos entrevistados. Esse tipo de análise apoia-se na concepção da comunicação como processo em vez de algo dado. Nessa análise, o discurso é um produto não acabado, ainda em elaboração, com cargas de incoerências, contradições e imperfeições, providas de desejos e motivações. Para que esses elementos quase latentes possam ser desvelados, o pesquisador deve ater-se às representações reais do discurso em um processo reflexivo, dentro de uma triangulação com o locutor e seu objeto de estudo.

Bardin (1977) ressalta que na análise da enunciação pode haver três níveis de aproximação. O primeiro deles é a análise

Categorias e Unidades de Registro

Categorias	Unidades de Registro
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção de novas tecnologias: mudanças na relação tempo-espço • Deslocamento dos trabalhadores: significação do lugar pelo potencial comercial; fixação no lugar na aposentadoria
Família e Afetividades	<ul style="list-style-type: none"> • Amizade com clientes • Romances extraconjugais • Seio familiar

sintática e paralinguística, que trabalha as estruturas e formas gramaticais. O segundo nível é a análise lógica, que se apoia em aspectos de conhecimento para a construção do discurso. Já o terceiro nível diz respeito à análise dos elementos formais atípicos, como omissões, ilogismos, silêncios e outros. Cabe ressaltar que os trechos mais importantes de cada fragmento das entrevistas estão em destaque, bem como sua configuração como algo silenciado, implícito ou explícito.

6. UM BREVE RESGATE TEÓRICO DAS ATIVIDADES DOS MASCATES E CAIXEIROS-VIAJANTES

Caixeiros-viajantes eram mediadores de vendas entre o fabricante e/ou distribuidor de produtos e o consumidor/comerciante. Eles diferenciavam-se dos mascates por não conduzir consigo suas mercadorias, levando em vez disso um talão de pedidos e catálogos (parecidos com uma lista de preços atual) com descrições de mercadorias. Para Cabreira (2001), apesar da confusão existente no Brasil entre as atividades do mascate e do caixeiro-viajante, elas são atividades distintas. O primeiro vai desfazendo-se das mercadorias próprias ao longo de seu trajeto, enquanto o segundo é um empregado comissionado, que tira pedidos a serem entregues posteriormente.

Já em relação aos mascates, grande parte caracterizava-se por ser imigrante. Esses imigrantes, uma vez que vieram solteiros e quase sempre com a determinação de retornar à terra de origem depois de acumular algum capital, optaram por uma atividade que os mantivesse na condição de trabalhar para si próprios e que dispensava qualquer habilidade muito refinada (inclusive de falar a língua do país) ou soma de recursos significativa (TRUZZI, 1992). Dieguez (2000) comenta que o mascate habita o entrelugar e assume um papel de fazedor de trocas. Praticante do comércio, que impulsionou as descobertas marítimas da era mercantil, ele era também parte do mundo burguês.

Uma comparação com atividades mais contemporâneas permite clarificar as distinções das atividades de mascates e caixeiros-viajantes.

Os mascates aproximam-se dos ambulantes que, segundo Dantas (2005), têm, em geral, a perspectiva de iniciar um comércio fixo, sustentado pela busca de ascensão social. Além disso, é cabível comparar as atividades dos mascates com a dos vendedores que realizam vendas diretas para grandes empresas, uma vez que os mascates se dirigiam às casas dos clientes para oferecer-lhes seus produtos (CASTILHO, 2005).

Em relação ao caixeiro-viajante, Silva (2006) o define como funcionário de um comércio estabelecido que distribui as mercadorias em regiões diferentes das quais a empresa para a qual trabalha está estabelecida. Contudo, além disso, a autora aponta a importância dos caixeiros-viajantes como transportadores de cartas e de outras encomendas, o que os fazia importantes na integração das regiões do estado. No caso de Minas Gerais, o comércio volante entre vilas e lugarejos serviu aos propósitos de povoamento e as atividades de comércio e troca de mercadorias em lojas ou vendas (que favoreciam a fixação dos negociantes) possibilitaram, com o fim do ciclo do ouro, que o estado não entrasse em decadência, permanecendo econômica e socialmente viável (CHAVES, 1999). Isso aconteceria pela oportunidade de manter perene a arrecadação de impostos, recolhidos de comerciantes e seus fornecedores.

As atividades comerciais dos mascates e dos caixeiros-viajantes foram fundamentais para o desenvolvimento do interior do País. As cidades nas quais havia esse tipo de comércio não contavam, em geral, com boa infraestrutura – mesmo se comparado a outras cidades da época – e com comércio desenvolvido. Assim, as atividades desempenhadas representavam não só uma forma de atender a uma demanda ainda carente de oferta, mas também a mola propulsora de certo desenvolvimento daquelas localidades, além de influenciar positivamente a urbanização. Ser caixeiro-viajante guardava outras vantagens. Além de, como foi dito, não ser necessário o investimento de capitais próprios, é possível aprender no cotidiano, com outros caixeiros-viajantes, as práticas que possibilitariam adquirir conhecimentos úteis, tanto para a atividade de caixeiro-viajante como para o estabelecimento de um comércio fixo.

Ainda há que se dizer que, no que tange aos caixeiros-viajantes – e parece ter sido estendido aos representantes comerciais –, essa identidade é construída também em torno de mitos e estigmas sobre esses profissionais. O espírito de aventura e o instinto comercial desses atores surgem como construção identitária adequada à exaltação de seus sacrifícios e proezas. O mito materializa-se, invocando autenticidade no papel de difusor das novidades das **capitais** – grandes polos – pelo interior. Fala-se que é um profissional que aprendeu muita coisa **de ouvido**, aprendeu aritmética pelo cálculo mental, estudou história escutando as narrativas dos saraus. Os que prosperaram (ficaram ricos), entretanto, sentiam-se pouco à vontade com a imagem dos caixeiros-viajantes ignorantes e analfabetos e tentaram evitar essa imagem (DANTAS, 2005).

6.1. O lugar, o trabalho e os significados

As atividades de mascate e caixeiro-viajante foram particularmente intensas no século XX. Em desuso, essas profissões foram substituídas pelos representantes comerciais, promotores de vendas e outros profissionais, fortemente amparados por recursos tecnológicos. Portanto, se pensarem-se as possibilidades de construção do espaço histórico no tempo vivido e no tempo revivido, seria razoável supor que os relatos fossem concentrados no segundo.

Todavia a memória dos entrevistados segue uma trajetória de idas e vindas na linha do tempo, remodelando também a concepção de espaço a partir da contemporaneidade, sendo os resultados extraídos da comparação entre o que foi e o que é, entre o ontem e o hoje, quando o entrevistado ainda se encontra trabalhando. A concepção de espaço e lugar, em diversas nuances, se vê entrelaçada pelas práticas comerciais dos entrevistados, reforçando ainda mais a ideia de aproximação trabalho-espaço, sendo marcante a sobreposição desses dois elementos.

Nesse balanço encontrado nos relatos, vale ressaltar o imagético acerca de novas tecnologias, como é o caso do computador. O uso da **nova** máquina tem como balizador a relação espaço-tempo entre o funcionário e a empresa.

- “Ele dizia (o conferencista) que nossa classe era uma classe em extinção, há dez anos atrás [...] E hoje eu vejo que não adianta nada a máquina. A firma está interligada direto. A empresa ligada na fábrica, pela... o computador hoje, é tudo ligado e a gente... No final, em uma negociação, nós é que temos que fazer. É muito mais tempo que nós gastamos hoje do que nós gastávamos antigamente para concretizar um negócio. É muito bonito, você puxa lá o fim do dia” (E1).

Nesse caso, o imaginário a respeito do uso do computador pressupõe, vejam-se elementos implícitos da fala do entrevistado, que a máquina serviria para reduzir o volume de trabalho em suas atividades. Entretanto, o que se verifica é uma nova

configuração do espaço da organização, penetrando o **fora dos muros**, e conectando todas as partes externas. Não apenas o volume de trabalho se eleva, mas também o espaço do trabalhador se reduz à medida que se intensificam as apropriações da organização sobre o indivíduo, mesmo que por meios **su-postamente virtuais**.

Todavia, outra nuance pode ser observada quando da menção do elemento computador, também modificando a relação tempo-espaço. Nesse caso, a premissa de contribuição da tecnologia confirma-se, mas ela se dá num plano temporal revivido (E3).

- “[...] hoje está bem diferente. Hoje tem computador, muito acesso à comunicação, então é um trabalho que diminuiu muito as vendas diretas. Hoje está mais através de computação e coisa, regiões mais distantes. Não é o mesmo trabalho da minha época não” (E3).

O uso do computador é tido como uma evolução se comparado à época de trabalho do entrevistado. O imaginário a respeito das facilidades encontradas nos dias de hoje também trazem consigo o reviver das piores condições de trabalho no passado. Essa inserção também permite à empresa ampliar o espaço de atuação, o que por vezes, anteriormente, não seria possível mesmo com um volume de trabalho maior.

A respeito do lugar e do não lugar, ambos constituintes da dimensão espacial, eles fazem-se notar em momentos bastante peculiares, mas todos sombreados por intermédios, causas ou resultados das relações de trabalho. Essas relações configuram-se desde o deslocamento dos trabalhadores e as subseqüentes ressignificações do lugar, como pode ser observado na fala de E1.

- “Eu sou mineiro. Eu sou de São João Nepomuceno, Minas Gerais. [...] Fui para o Rio sem emprego, sem nada, viu? Eu morava em uma república lá em Caratinga e um carioca lá falou: você fica na minha casa lá. Tive a coragem de ir para lá, sem emprego. Fiquei procurando emprego. Batia de porta em porta lá, fábrica, loja grande, até que comecei a trabalhar. Andava uns 15 (quinze) quarteirões a pé, porque eu não tinha dinheiro nem para o bonde. Na hora do almoço eu ia ver vitrine (risos). Não tinha dinheiro para almoçar. Não tinha ganhado o primeiro salário ainda” (E1).

A primeira demarcação clara de lugar e não lugar dá-se quando o entrevistado relata a mudança de uma cidade de seu estado, no caso Minas Gerais, para o Rio de Janeiro. O elemento explícito, **coragem**, deixa claro o imaginário em função de uma carga simbólica que grandes cidades representam diante de sujeitos que têm seu lugar constituído em cidades interioranas. Outro ponto que salta aos olhos é a busca por um entrelugar relatado por Castrogiovanni (2007). Para o autor, o entrelugar é uma tentativa de aproximação entre o indivíduo e

aquilo – dentro do espaço – que não lhe é familiar, mas que, de uma forma ou de outra, requer certa aproximação. Nesse caso, o entrevistado ressalta a procura por vitrines a fim de suprir um dos vértices deteriorados do trabalho. Pode-se constatar, partindo de princípios que o trabalho e seus aspectos mais diversos constituem um novo *locus*, que existe certo silenciamento sobre a produção de significados sobre as condições de trabalho. Nesse caso, verifica-se a fuga de tais relações, numa tentativa de constituir-se o entrelugar, de forma que o sujeito, aparentemente não possuindo apreensões simbólicas anteriores, recorre a vitrines como mediador àquilo de que é privado.

As características dos lugares são fortemente imbricadas com a capacidade de exprimir quão positivas ou negativas são suas apreensões. É recorrente o uso de situações revividas como significante para um lugar, seja revivido, seja revisitado. Além disso, a fixação dos entrevistados também se mostrou dependente dessa relação. Num primeiro momento, a migração torna-se dependente da disposição do empregador; nesse caso, o deslocamento para outras localidades em função do trabalho e a fixação em um lugar quando da não necessidade de trabalhar, como a aposentadoria em questão do entrevistado E2. Na fala do entrevistado, é possível encontrar elementos explícitos de identificação do lugar e a construção do imaginário a seu respeito por meio de suas atividades de uso, como Muzambinho, cidade reconhecida pela produção de leite e café.

- “[...] o papai, quando teve esse problema de remoção para cá, achou ruim. No começo, achou ruim. Depois acostumou aqui. Foi muito boa a vinda do papai pra cá. É melhor que lá. Porque lá... ele é de lá... mas a verdade é a seguinte: lá [Muzambinho] é a terra do café e a terra do leite. Removeram ele para Rio Preto. Se eu fosse lhe falar, lugar ruim. O papai foi para lá. O lugar só tinha uma ponte e ele ficava vigiando a ponte, mas o lugar não tinha nada. Tinha uma venda de vender cachaça. O papai chegou lá nem lugar para comer não tinha. Ele depois escreveu para nós aqui, mas ele nunca falava a verdade. Era muito pior do que ele contava. Ele não falava para não dar preocupação [...]. Cheguei lá e falei: ‘Olha, meu pai não vai ficar mais. Se vocês mandarem ele para lá de volta, vocês podem dar demissão para ele’. Aí eles falaram: ‘Vocês vão para Araguari, que possivelmente nós vamos arrumar a aposentadoria do seu pai’. Aí a gente veio para cá e um mês depois veio a aposentadoria. Aí o papai quietou aqui” (E2).

O sentido do trabalho e suas características marcam a formação do não lugar para o entrevistado. No caso, os arredores de Rio Preto, onde o pai do entrevistado viveu, eram ruins, uma vez que **não tinha nada**, apenas a venda de cachaça, elemento simbólico presente em qualquer localidade. É possível apreender da fala a externalização do lugar para a família, fundamentalmente pela preocupação que o emissor possa nutrir. Dessa forma, as características permaneceram veladas, a fim de não permitir a construção de um imaginário negativo do

lugar. Sem esses elementos de referência, o imaginário acerca do (não) lugar formou-se a partir do contato com o real, num movimento recursivo de comparação com o que antes havia se estabelecido como balizador para as condições de moradia.

As características dos indivíduos dos lugares também são representativas no imaginário dos entrevistados para caracterizar o espaço. Essa concepção mostra a fluidez com que Santos (2008) destaca ser a constituição espacial. De um lado, foram encontradas distinções de sujeitos como clientes, reforçando a importância do trabalho como determinante do lugar.

- “Vez por outra levava um cano, mas eu não tive esse problema no Rio Grande não. Rio Grande sempre foi um estado muito bom de pagamento, em termos de pagamento no ramo agropecuário. [...] Em nível de pagamento era mais sério. Triângulo [mineiro] hoje é terrível. Hoje é terrível. Não é muito fácil trabalhar, não. Tem que conhecer a clientela” (E4).

Na fala acima, o entrevistado E4 deixa clara a caracterização das pessoas dos lugares a partir dos papéis como clientes, sendo o compromisso com os pagamentos representativo de um lugar de confiança. Além disso, o sentido do trabalho na identificação com o lugar faz-se presente na potencialidade para as vendas, sendo mais um ícone ligado à questão do trabalho, como é o caso de Goiás, tido pelo entrevistado 4 como “terra muito boa, boa de vendas”.

6.2. O lugar, a família e os laços afetivos

Às atividades dos mascates e dos caixeiros-viajantes era intrínseca a necessidade de deslocar-se, particularmente pelas condições de urbanização da época, concentrando as práticas comerciais fixas em lugares e regiões extremamente específicas. No entanto, o deslocamento característico dessa profissão não esteve presente só nas configurações do trabalho, mas também nas configurações das relações familiares e afetivas desses trabalhadores.

Essas relações podem ser encontradas em dois momentos distintos. Primeiro, durante a profissão, em que o sentido do lugar se torna turbulento, aproximando-se de um conjunto de entrelugares, na concepção de Castrogiovanni (2007), numa tentativa de os profissionais aproximarem-se do espaço visitado, sem, contudo, constituírem lugares.

Essa aproximação deu-se, obviamente, por necessidade de conhecerem-se características específicas de cliente do lugar, como pode ser observado na fala de E5.

- “Ali era uma preferência assim. Vendi muito perfume. Perfume... Vêm muitas pessoas, olham aquele perfume pendurado ali, vêm e olham, e você tinha que saber vender. [...] Tudo que me pedia eu anotava. Eu andava com um papelzinho no bolso. Tudo que pedia eu punha o nome e via. Guardava aquilo tudo, pra da próxima vez eu chegar preparado” (E5).

Os trechos em destaque permitem apreender a necessidade de conhecer as pessoas dos lugares e suas características. Essa aproximação momentânea que caracteriza o entrelugar do viajante suscita o que Mello (2002) denomina como reinvenção do espaço. Essa reinvenção não se dá, pelo entrevistado, via atributos físicos e concepções de imagens do lugar, mas sim pelas atividades de uso, aspecto motivador que fazia os entrevistados deslocarem-se.

Além da aproximação com as pessoas dos lugares – dos outros – por necessidade profissional, as viagens caracterizavam-se por terem sido fonte de construção de laços efetivos que, apesar de raramente se constituírem como algo fixo, denotam o caráter espacial dos lugares. Admitido por quase todos os entrevistados, as viagens eram marcadas por romances momentâneos em que o distanciamento da família descolava o viajante de seu lugar de origem.

No imaginário dos entrevistados era enraizada a ideia de ter uma namorada em cada lugar ou, como destaca o entrevistado E4, “duas, ou mais de duas”. Todavia, verificou-se que, mesmo diante de tal narrativa, a preocupação em cercar o espaço familiar e o espaço distante da família existia. Para os entrevistados, o imaginário acerca das relações afetivas e familiares era preservado mesmo quando da existência de outras relações afetivas, desde que em lugares que não os da residência familiar. O trecho a seguir reproduz a narrativa do entrevistado E2 sobre o pensamento da esposa diante da questão.

- “[...] olha, meu marido viaja, mas aqui dentro da cidade eu tenho certeza que eu não tenho problema. Agora, o que fizer lá fora... atravessou o rio, eu não posso acompanhar ele” (E2).

O que se verifica é o imaginário compartilhado sobre o tema das relações afetivas, em que o lugar da família devia ser preservado, sendo preponderante o respeito. Esse lugar desfazia-se em outras regiões, de forma que o viajante não carrega consigo o papel de esposo, assumido, inclusive, como possível pela própria esposa, o que reforça a existência, para ela, do lugar, no seio da família, e do não lugar, desprovido de qualquer significado fixo ou recursivo.

Por fim, as relações familiares foram identificadas como principal causa para fixação dos viajantes em um determinado lugar. Apesar de assumido o desfrute pelas viagens, a necessidade de aproximação com a família preponderou em quase todos os casos.

- “Eu casei, morei aqui. Morei com a Dirce aqui 52 anos, o tempo que eu fui casado com ela” (E3).
- “[...] A mamãe tá querendo que eu vá embora, eles [a família] estão com dificuldade financeira, e eu preciso ir embora pra ajudar. [...] Eu voltei por causa da mamãe. A nossa casa era uns esteios escorados no chão com pau pra não cair. Vinham aquelas chuvas, a mamãe pegava aquela água benta pra rezar,

por causa daquela chuva. Pois eu vim pra cá e Deus ajudou que eu ganhei dinheiro e fiz uma casa pra nós morarmos, venci!” (E6).

As falas deixam claro que a fixação dos viajantes se deu tanto pelos laços conjugais, como é o caso do entrevistado E3, quanto pelos laços familiares, ressaltados pelo entrevistado E6. Em ambos, a instituição familiar representa as redes simbólicas que preenchem os lugares, que lhe dão vida, que são providos de um significado de maior densidade. O lugar e o fora do lugar eram construídos a partir dessas referências familiares.

- “Tinha que comer e lavar. Eles faziam aquilo com aquele sebo, antigamente era aquele panelão. Meu Deus do céu, eu custava. Lá em casa a mamãe era muito caprichosa. Chegou lá, aqueles trem de qualquer maneira, aquele sebo. Mas tinha que comer, eu não tinha nenhum tostão” (E6).
- “Minha filha, ela esteve aqui hoje. Ela quer porque quer que eu vá para a casa dela em Uberlândia. E eu vou te falar, eu não gosto de Uberlândia. [...] Eu vou lá, eu vou dormir na casa dela [...]. Só é bom para passear” (E3).

Mesmo residindo fora de casa, viajando, o entrevistado E6 deixa clara a existência do lugar e do não lugar, sem identificação, mantendo como referência a **casa** de origem. De outra maneira, o entrevistado E3 ressalta que o vínculo com a filha é motivador para a constituição imaginária do entrelugar, numa tentativa clara de apropriação do lugar em função de uma motivação específica, no caso, atender a um pedido da filha, mesmo que assumidamente passageiro. Na verbalização do entrevistado E6 está presente o aspecto relativo do espaço, particularmente em função da família, do lar. Esse mesmo aspecto está presente na fala de E3 em função da filha, que prepondera em conjunto com o aspecto negativo do espaço absoluto de Uberlândia. Contudo, em ambos está presente o caráter relacional (SANTOS, 1996), somatório dos aspectos relativos e absolutos dos espaços, que traz toda carga simbólica acerca do lugar, permitindo as aproximações e fixações, que constituem os lugares de cada um.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho aqui relatado teve-se como objetivo compreender a reconfiguração do espaço, particularmente do lugar, do não lugar e do entrelugar dos mascates e caixeiros-viajantes. Para isso, recorreu-se a elementos da memória oral e das formações imaginárias entrelaçadas no universo simbólico. Pretendeu-se, além da reflexão sobre os mascates e caixeiros-viajantes, contribuir para colocar em relevo as discussões acerca da importância do espaço no campo da Administração em geral e nos estudos organizacionais especificamente.

Procedeu-se às análises aqui realizadas em dois eixos, o trabalho e a família. O percurso trilhado recaiu, em grande parte das entrevistas, sobre o tempo revivido, uma vez que a maioria dos entrevistados já não exercia a profissão à época das entrevistas. Apesar desse enfoque já presumido, verificou-se a recursividade como forma de retorno aos aspectos simbólicos, tanto do presente quanto do passado. Em um desses movimentos pendulares, a ressignificação do trabalho dá-se pela adoção dos computadores, remodelando a relação espaço-temporal, uma vez que aumenta as amarras da organização sobre o trabalhador, sendo sensível também a redução do espaço privado, uma vez que o controle tende a fazer a empresa onipresente.

Em face dos desafios da profissão, caixeiros-viajantes e mascates defrontaram-se com a necessidade de ressignificação constante de seus lugares e não lugares, por ora, caminhando ao encontro do entrelugar, dada a importância de uma absorção do lugar e de seus significados para seus pertencentes, ainda que momentâneo. Esse movimento permitiu uma aproximação dos sujeitos que compunham aquele espaço, tornando a prática das vendas menos transgressora (em termos espaciais), quiçá, permitindo algum tipo de fixação no lugar.

Grande parte dos significantes presentes no imaginário e sua rede simbólica diz respeito aos lugares e suas atividades de uso, uma vez que essa aproximação se dava pelo caráter profissional dos sujeitos, no caso, as vendas. Dessa forma, tanto os aspectos positivos quanto os negativos estão intimamente ligados às experiências vividas durante as atividades comerciais, seja em relação ao lugar, seja em relação às pessoas que o compõem, em sentido pleno do espaço.

Outro foco de análise recaiu sobre as relações afetivas e familiares. A partir do estereótipo formado em redes simbólicas, os caixeiros-viajantes e mascates construíam (aqui se descarta o aspecto estritamente funcionalista) a base de relacionamento

com os pertencentes aos lugares. Além disso, os lugares e não lugares configuravam-se como nuance de relações afetivas em seu sentido lato.

O lugar da família era reconhecido e devia ser respeitado, carregado de significados consolidados. No entanto, além do perímetro simbólico que no imaginário delimitava o lugar, abria-se a possibilidade de novos relacionamentos, com consentimento implícito dos cônjuges, mas que eram desprovidos de uma rede simbólica, variando do não lugar ao entrelugar, em alguns casos. As relações familiares caracterizavam-se como ímpares também na fixação dos caixeiros-viajantes e mascates, uma vez que o significado de lugar estava no lar da família, mesmo quando os profissionais estavam fora dele, indicando que a presença e a ausência de significados configuravam o relacional socialmente construído do lugar.

Há ainda indícios de que a reconfiguração do espaço também acontece pelo papel que as empresas desempenham no cotidiano dos sujeitos. Quando a organização exerce papel central na vida do sujeito, a relação de trabalho desenvolvida tende a definir os contornos de lugar, não lugar e entrelugar. Em decorrência dessa tentativa, as relações de dominação e alienação impõem aspectos simbólicos e relacionais que pretendem considerar como parte do lugar apenas aquilo que condiz com os objetivos organizacionais e discriminar (delimitar o não lugar) qualquer contradição a isso. Entretanto, apenas uma análise mais aprofundada de entrevistas com esse enfoque pode revelar elementos dessa configuração.

Com esse enfoque, mas também em vista de outras profissões e momentos históricos, fica indicada, portanto, como agenda de pesquisa, a avaliação de outras questões de trabalho que tomam parte na formação do espaço e sua apropriação de vida e identidade no cotidiano dos trabalhadores empregados nas indústrias. ♦

REFERÊNCIAS

- AUGÈ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BLOCH, M. Vivre l'histoire. In: FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CABREIRA, M.M. Cultura e identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, v.3, n.1, p.93-103, jun. 2001.
- CARDOSO, C.F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Ed.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.1-23.
- CASTILHO, J.A.B.S. *Revendedoras Avon em campanha: venda direta e interação social*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Sociologia da Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, Goiás, Brasil, 2005.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTROGIOVANNI, A.C. Lugar, no-lugar y entre-lugar: los ángulos del espacio turístico. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Buenos Aires, v.16, n.1, p.5-25, ene./mar. 2007.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHAVES, C.M.G. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

REFERÊNCIAS

- DANTAS, E.W.C. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995). *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v.9, n.202, p.1-16, dec. 2005.
- DEL PRIORI, M. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Ed.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.259-274.
- DIEGUEZ, G.K. Deus e o diabo na terra da carnavalização. *Comum*, Rio de Janeiro, v.5, n.14, p.141-159, jan./jul. 2000.
- DURAND, G. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LAPIERRE, L. Imaginário, administração e liderança. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v.29, n.4, p.5-16, out./nov./dez. 1989.
- LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- MARCUSE, H. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MELLO, N.A. *Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento (1970-2000)*. 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil, 2002.
- MENEZES, U.T.B. A história, cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, p.9-24, mar. 1992.
- PEREIRA, D.; CARRIERI, A. Espaço religioso e espaço turístico: significações culturais e ambigüidades no santuário do Caraça/MG. *Revista Organização & Sociedade*, Salvador, v.12, n.34, p.31-50, jul./set. 2005.
- RODRIGUES, M.S.P.; LEOPARDI, M.T. *O método de análise de conteúdo*. Fortaleza: Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, 1999.
- RODRIGUES, M.V.A. Relações entre o universo simbólico e as práticas cotidianas do trabalho: um estudo em empresas aéreas brasileiras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Florianópolis/SC. *Anais...* Florianópolis, SC: Anpad, 2000.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVA, C.E. Comércio volante: características e relações das atividades ambulantes no espaço urbano de Porto Alegre (1897-1918). *História Unisinos*, São Leopoldo, v.10, n.2, p.214-225, maio/ago. 2006.
- TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- TRUZZI, O. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1992.
- TUAN, Y. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

ABSTRACT

The imaginary of hawkers and traveling salesmen from Minas Gerais in the configuration of place, non-place and in between place

This work studies the reconfiguration of space, specifically of place, non-place and in between place, of the hawkers and traveling salesmen of the state of Minas Gerais in Brazil. This is important to enable us to analyze new views about the job-private life duo, but in an inverse direction. What we call “inversion” is the externality of capital in the worker’s life. This reconfigures space through symbolic apprehensions outside organizations as well, replacing the self-constitution of their space by the hawkers and traveling salesmen through work. To this end, we used the elements of oral history and of imaginary structures interwoven in the symbolic universe. The findings indicate the existence of a to-and-fro movement, in which the re-signification of work occurs by the adoption of new technologies, remodeling the relation between time and space. This is also sensitive to the reduction of privacy that is due to the controlling omnipresence of the firm. Moreover, the study found that the family sets the place and non-place boundaries in the affective relations, and it is also the main reason why hawkers and traveling salesmen choose to establish themselves in one place.

Keywords: hawkers, traveling salesman, place, non-place, in between place, imaginary.

RESUMEN

El imaginario de los vendedores callejeros y ambulantes del Estado de Minas Gerais en la configuración del lugar, del no lugar y del entrelugar

El objetivo en este trabajo es entender la reconfiguración del espacio, particularmente del lugar, del no lugar y del entrelugar de los vendedores callejeros y ambulantes de Minas Gerais, Brasil. Esta discusión permite analizar nuevos matices en la relación trabajo-vida privada en un movimiento inverso, sin embargo. Lo que se denomina aquí de inversión, se caracteriza por la exterioridad del capital en la vida del trabajador. Eso reconfigura el espacio con aprehensiones simbólicas también fuera de los límites de la organización y reemplaza la autoconstitución del espacio por los vendedores callejeros y los vendedores ambulantes por medio del trabajo. Se investigaron elementos de la historia oral y de las formaciones imaginarias entrelazadas en el universo simbólico. Los resultados indican la existencia de movimientos pendulares, en que ocurre la resignificación del trabajo por la adopción de nuevas tecnologías, lo que remodela la relación entre tiempo y espacio, incluso con la reducción del lugar privado debido a la omnipresencia controladora de la empresa. Se comprobó, además, que la familia establece los límites del lugar y del no lugar en las relaciones afectivas, siendo también la razón por la que los vendedores ambulantes y el vendedor que viaja eligen establecerse en un lugar.

Palabras clave: vendedores callejeros, vendedores ambulantes, lugar, no lugar, entrelugar, imaginario.

inspiração

**A administração eficaz
concretiza-se em ações,
mas começa com ideias.**

*A Rausp está voltada à disseminação de
pesquisas e ideias que agreguem valor ao
trabalho de acadêmicos e praticantes de
Administração.*

Assine a Rausp

Para informações ligue

(11) 3091-5922 ou 3818-4002

e-mail: rausp@usp.br

www.rausp.usp.br